



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Princípios dos direitos humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.23001>



Claudete de Oliveira Melo*

<https://orcid.org/0009-0007-0199-0535>



<https://lattes.cnpq.br/6984711126539439>



Rita de Cassia da Silva Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-9382-7573>



<http://lattes.cnpq.br/0396336269506743>



* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPG) e pós-graduanda do programa lato sensu em Gestão Escolar pela UNICV- Centro Universitário Cidade Verde.

✉ claudete_melo@hotmail.com

** Pós-doutora em Educação pela Universidad Santiago de Compostela, e Professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROFEI/UEPG).

✉ soliveira@uepg.br

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

RESUMO: Este estudo analisa os princípios dos direitos humanos na promoção da educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico dos estudos existentes sobre o tema, bem como definições pertinentes à Educação Especial e ao delineamento do público-alvo da Educação Especial. A pesquisa investigou a construção da legislação relacionada à educação de pessoas com deficiência, destacando a evolução da inclusão na educação brasileira e a influência significativa dos movimentos sociais na melhoria educacional desses indivíduos. O foco está centrado no aluno com TEA, abordando sua definição e particularidades, bem como os avanços e desafios na inclusão desses sujeitos na educação regular de ensino, em classes comuns. Entre os desafios identificados, destacam-se a falta de conhecimento sobre o autismo, a necessidade de adaptações curriculares, metodologias ativas, estratégias de desenvolvimento da aprendizagem e a formação docente inadequada para atender às necessidades específicas desses alunos. Além disso, foram discutidas questões relacionadas ao apoio e à parceria da comunidade escolar, juntamente com as famílias e demais membros da comunidade, ressaltando sua importância para a efetiva inclusão desses sujeitos no meio social. Especificamente, a discussão apresenta resultados como a necessidade de programas de formação continuada para educadores e a criação de políticas públicas que facilitem a implementação de práticas inclusivas. Também são abordados exemplos de adaptações curriculares e metodologias eficazes para o ensino de alunos com TEA, demonstrando a viabilidade e os benefícios dessas práticas para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Educação especial; autismo; inclusão.

Principles of Human Rights in Inclusive Education of Students with Autism Spectrum Disorder in Brazil

ABSTRACT: This study analyzes the principles of human rights in promoting inclusive education for students with Autism Spectrum Disorder (ASD). A qualitative approach was used, including a bibliographic review of existing studies on the topic, as well as relevant definitions of Special Education and the delineation of the target audience for Special Education. The research investigated the development of legislation related to the education of people with disabilities, highlighting the evolution of inclusion in Brazilian education and the significant influence of social movements in improving the educational experience for these individuals. The focus is on students with ASD, addressing their definition and specific characteristics, as well as the progress and challenges in including these students in regular education in common classrooms. Among the challenges identified are the lack of knowledge about autism, the need for curricular adaptations, active methodologies, learning development strategies, and inadequate teacher training to meet the specific needs of these students. Additionally, issues related to the support and partnership of the school community, alongside families and other community

members, were discussed, emphasizing their importance for the effective inclusion of these individuals in the social environment. Specifically, the discussion presents results such as the need for ongoing training programs for educators and the creation of public policies that facilitate the implementation of inclusive practices. Examples of curricular adaptations and effective methodologies for teaching students with ASD are also addressed, demonstrating the feasibility and benefits of these practices in promoting inclusive and quality education.

Keywords: Special Education; Autism; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Ao abordar os princípios dos direitos humanos e a inclusão de pessoas especiais na educação, pode-se dizer que este é um processo dinâmico que traz à tona uma significativa transformação nos valores educacionais ao longo dos anos. A conquista desses direitos é fruto de muitos esforços e constantes lutas em prol de garantir que todos, indiferentemente de suas particularidades, possam ter acesso à educação de forma igualitária e justa.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os princípios dos direitos humanos na promoção da educação inclusiva de alunos com

Transtorno do Espectro Autista (TEA). Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico dos estudos existentes sobre o tema, além das definições pertinentes à Educação Especial e ao delineamento do público-alvo. A pesquisa investigou os eventos que impulsionaram a construção da legislação relacionada à educação de pessoas com deficiência, destacando a evolução da inclusão na educação brasileira e a influência significativa dos movimentos sociais na luta pela melhoria educacional desses indivíduos.

O estudo destaca a importância dos movimentos sociais e suas lutas ao longo da história, que visam conquistar uma educação humanitária. Essas batalhas buscam superar barreiras discriminatórias e adequar os ambientes escolares para proporcionar melhores condições, atendendo às características de cada sujeito. Os movimentos sociais contribuíram significativamente para ajustes nos documentos já

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

existentes e para a criação de novas políticas educacionais na legislação nacional e internacional, o que aos poucos moldou o atual sistema educacional brasileiro. Essa busca por uma educação mais justa e igualitária, juntamente com a criação de políticas públicas e legislações, deu forma à estrutura legal atual, reforçando o comprometimento político e social de promover o respeito à diversidade no ambiente escolar.

Ao traçar uma linha histórica, o presente estudo destaca a luta pela inclusão associada aos movimentos sociais, que teve início no século XIX, com iniciativas voltadas para a educação de surdos e cegos durante o período do Brasil Imperial. Desde então, ocorreram marcos fundamentais que impulsionaram a inclusão e garantias de direitos às pessoas com deficiência, como a fundação de instituições e organizações, bem como a promulgação de leis e documentos importantes relacionados às pessoas com deficiência.

Apesar dos avanços na base legal da educação especial, ainda existem muitos desafios a serem superados no que diz respeito à inclusão de alunos especiais. Especificamente em relação ao Transtorno do Espectro Autista (doravante chamado de TEA), a falta de conhecimento e compreensão sobre o autismo, a necessidade de adaptações curriculares e, em muitas situações, a formação inadequada dos profissionais da educação são desafios significativos que ainda persistem em boa parte das escolas brasileiras.

Neste contexto, este artigo procura discorrer sobre a legislação existente de forma a analisar os desafios e os avanços na inclusão de alunos com TEA na rede regular de ensino. Além disso, pontua a relevância das políticas educacionais e da formação de qualidade para os profissionais da educação, destacando a importância do apoio da comunidade escolar e das famílias para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que atenda às características e particularidades de cada aluno enquanto sujeito social.

2. HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A busca pela inclusão na educação é um processo dinâmico que reflete uma transformação significativa nos valores educacionais ao longo do tempo. Podemos dizer que a evolução das legislações educacionais, no que diz respeito ao público-alvo da Educação Especial, assim como o conceito de inclusão e sua prática, tiveram suas raízes nas lutas dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais batalham por uma educação humanitária e filosófica a fim de superar barreiras discriminatórias e criar ambientes educacionais igualitários, especialmente por meio da criação de novas políticas educacionais e ajustes nos documentos já existentes.

Nesse contexto, é essencial discorrer sobre a evolução e o desenvolvimento da legislação e a construção de conceitos, discutindo como essa transformação ocorreu dentro do sistema educacional brasileiro. Para isso, é fundamental traçar uma linha histórica das lutas e eventos que impulsionaram essas conquistas, até moldar o atual sistema legislativo da Educação Especial e o conceito de inclusão.

A partir das lutas dos movimentos sociais em busca de uma educação mais inclusiva e igualitária é que surgiram as legislações educacionais as quais, aos poucos foram ajustando o sistema educacional brasileiro. Essa implementação das políticas educacionais nacionais e internacionais voltadas para a inclusão foram, aos poucos, dando forma para a estrutura legal atual. Assim como o comprometimento social e político em promover o respeito a diversidade existente no ambiente escolar.

A luta dos movimentos sociais em prol de formulações de políticas educacionais proporcionou melhorias, inclusive na criação de ambientes escolares mais acolhedores e adequados. Houve aprimoramentos significativos nas adaptações curriculares e na formação dos profissionais da educação. Essa busca também contribuiu no estímulo de práticas constantes de incentivo à diversidade em sala de aula, especialmente na rede regular de ensino.

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Contudo ao traçar uma linha histórica, é evidente que a luta, intrinsecamente associada aos movimentos sociais, teve seu desenvolvimento já no século XIX com a educação de surdos e cegos durante o período do Brasil Imperial. Em 1854, surgiu o estabelecimento do Instituto Benjamim Constant, seguido, em 1856, pela criação do Instituto Nacional de Educação do Surdo.

Entre as décadas de 1930 e 1950, ocorreram marcos cruciais que impulsionaram a inclusão e garantiram direitos às pessoas com deficiência. Em 1932, destaca-se a fundação da Associação Pestalozzi, marcando um avanço significativo. Posteriormente, em 1954, emergem as APAES (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), consolidando esforços para proporcionar apoio e inclusão.

Na década de 1940, a promulgação da Constituição de 1946 representou um marco fundamental, reconhecendo a educação como um direito universal. Essa iniciativa proporcionou certo fortalecimento para a base legal e conseqüentemente para a inclusão educacional, estabelecendo princípios que orientariam o acesso à educação para todos.

Já na década de 1960, houve o surgimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases, a LDB nº 4024/1961, esta que por sua vez incluiu um artigo específico sobre a escolarização dos "excepcionais", que era o termo utilizado na época. Na década de 1970 foi o auge dos movimentos defensores dos direitos humanos, inclusive o movimento das pessoas com deficiência durante o período de abertura política, dando origem aos movimentos Pró-Integração e Normalização. Em 1973, surge a CENESP (Coordenadoria Nacional de Educação para Surdos), seguida, em 1979, pela Coalizão Pró-Federação Nacional.

A década de 1980 foi marcante para a inclusão das pessoas com deficiência, visto que em 1980, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência. Em 1981 foi considerado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Além disso, em 1983 ocorreu a formação de várias organizações por deficiência, marcando um momento de conquistas para esses sujeitos.

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Em 1986, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), consolidando esforços para promover a inclusão. Finalmente, em 1988, a Assembleia Nacional Constituinte resultou na criação da Constituição Federal, que reforçou os princípios de igualdade e inclusão para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades.

À medida que continuamos nessa linha histórica, percebemos que se destacam diversos eventos e políticas públicas as quais foram bastante significativas para a formação do atual sistema legislativo no que tange aos direitos humanos e direitos específicos dos sujeitos especiais.

Entre esses eventos podemos destacar que em 1990, registra-se a criação da Câmara Técnica da CORDE, marcando como um momento de aprimoramento nas ações voltadas para a inclusão iniciadas em 1986. Ainda nesse mesmo ano, a Conferência Mundial de Educação (UNESCO) a qual provocou diversos debates e reflexões a respeito das diretrizes globais para a educação inclusiva.

No ano de 1994, com o surgimento da Declaração de Salamanca, esta que reforçou de forma considerável o compromisso internacional com a inclusão educacional. Como consequência o Brasil também assumiu esse compromisso seguindo os passos propostos por tal documento. Ainda no mesmo ano, surge o Programa Nacional de Educação Especial (PNEE), a qual acaba delineando várias estratégias com o objetivo de fortalecer a educação inclusiva no cenário brasileiro.

Em 1996, com o surgimento da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394) a qual foi promulgada, trazendo atualizações e ajustes fundamentais para a legislação educacional brasileira. Logo, em 1999, ocorreu a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), dando voz e reforçando a luta desses sujeitos sociais em busca de direitos e maiores reflexões e debates dentro das políticas públicas.

O ano de 2001 ficou marcado pelo surgimento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Esse documento cujo objetivo é

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

estabelecer parâmetros importantes para a prática inclusiva. Ainda no mesmo ano, com o surgimento do Conselho Nacional de Educação, houve uma maior normatização dessas diretrizes. Além disso, com a Convenção Internacional Sobre as Pessoas com Deficiência (ONU) passaram a ser adotado compromissos de fortalecimento a nível internacional no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

Em 2003, o Programa Federal de Educação Inclusiva foi implementado, este procura desenvolver medidas de ampliação e melhorias na inclusão educacional. No ano de 2007, com o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento da Educação ocorreu o fortalecimento do compromisso do governo com práticas inclusivas.

Em 2008, as Políticas de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva chegaram ao auge, estabelecendo e consolidando as práticas e diretrizes para a inclusão das pessoas com deficiência. Já no ano seguinte, o decreto nº 7.611 estabeleceu as normas para o Atendimento Educacional Especializado, representando um avanço bastante significativo nas políticas de inclusão escolar desse alunado.

Logo em 2011, diversas conquistas fundamentais para a educação especial e inclusiva foram alcançadas. Entre elas, destaca-se o decreto nº 7612, que apresentou como principais objetivos reforçar as ações nas áreas de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade.

Na sequência desse avanço legislativo, surgiu a Lei nº 12.764/2012, chamada de Lei Berenice Piana, que rege sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei determina diretrizes voltadas ao estímulo e à inserção desses indivíduos na sociedade.

Assim como outras conquistas, entre elas o Programa Viver sem Limites, a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Escola Acessível, assim como a expansão do Serviço de Reabilitação Multidisciplinar (SRM), os avanços na promoção de oportunidades iguais e a melhoria da acessibilidade para

peças com deficiência. Conquistas essas permeadas por muitas lutas e debates em prol dos direitos das pessoas com deficiência.

3. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE REGULAR DE ENSINO

Com base nos dados expostos no primeiro capítulo deste estudo, observa-se que a Educação Especial e Inclusiva, fundamentada em leis e diretrizes, garante o direito e o acesso total a todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de idade, sexo, etnia, condição social ou presença de alguma deficiência.

Apesar das políticas educacionais que promovem a Educação Especial e Inclusiva, conforme Carvalho (1998), o trabalho com alunos especiais ainda representa um grande desafio no Brasil. Além disso, outros pesquisadores identificaram uma variedade de obstáculos, incluindo a falta de compreensão e conhecimento sobre o autismo, a necessidade de adaptações curriculares e a falta de formação docente adequada (Jordan, 2008).

É visível que as maiores dificuldades estão no fato de que professores e funcionários escolares muitas vezes se sentem sub-preparados para inclusão correta e efetiva desses sujeitos. Nem todos os profissionais da educação estão qualificados para trabalhar com esses alunos especiais e assim proporcionar condições para que eles sejam realmente incluídos no ambiente escolar das instituições de ensino comum.

O termo “Inclusão” como pode-se verificar, tem várias definições, entre elas: Stainback e Stainback (apud CARMO, 2002), nos coloca que a palavra inclusão origina da palavra inglesa full inclusion, a qual significa que todas as pessoas, apresentando deficiência ou não, devem gozar do direito de ser incluída e ter uma vida social e educacional de qualidade. A inclusão escolar é aquela que considera a participação de todos os indivíduos, assim valorizando as particularidades, bem como os interesses e os direitos de cada um. Complementando essa linha de pensamento, Carvalho (1998, p. 26) afirma que:

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

A inclusão: pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente.

Pode-se ver através da linha do tempo estabelecida no capítulo anterior, que por mais que a sociedade, já a muito tempo trabalhe a ideia de que sua base está assentada no multipluralismo, somente a algumas décadas a visão que alunos especiais tinham que ter um lugar específico para eles e ser tratados diferente começou a ser desmistificada.

Mesmo com tanto envolvimento, mobilizações e conquistas por parte de vários movimentos sociais em busca de melhorias nas políticas públicas, a institucionalização da Educação Especial ocorreu em 1973 com o surgimento do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Segundo PLETSCH (2014, p. 4):

O CENESP objetivava coordenar as ações políticas educacionais específicas para pessoas com deficiências e foi um marco importante, pois deu início a ações mais sistematizadas dirigidas à melhoria e à expansão do atendimento educacional oferecido para esses sujeitos em todas as secretarias estaduais de educação.

Devido à insuficiência de vagas para atender à demanda, uma solução encontrada foi oferecer serviços educacionais paralelos. Assim, alunos que não se adequavam às classes de ensino regular acabavam segregados em instituições específicas para Educação Especial, predominantemente localizadas em instituições privadas (Plestsch, 2014).

Somente nos anos de 1988 conforme determina primeiramente a Constituição Federal (1988) no Art. 208. “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” e em seguida a LDB 9.3094/96 art. 60 o qual coloca “como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede regular de ensino” é que vai ficar claro e determinado sobre o real direito dessa matrícula dos alunos especiais nas classes de ensino comum.

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Posterior a introdução dessas legislações é que passou a ser delineado a respeito do público-alvo da Educação Especial. Após tais diretrizes é que ficou determinado que é considerado Especial toda Pessoa com Deficiência, Altas Habilidade/Superdotação ou Transtorno Global do Desenvolvimento.

Diante disso, é crucial destacar que os documentos legais enfatizam os direitos do indivíduo no contexto escolar, incluindo o direito ao pertencimento. Isso significa que o aluno deve ser integrado socialmente para se sentir parte da comunidade. Ele tem o direito de ter suas particularidades respeitadas, receber uma educação equitativa e participar ativamente nos processos de ensino, aprendizagem e interação social.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é também conhecido como “transtorno do neurodesenvolvimento” e foi classificado como um distúrbio do desenvolvimento neurológico o qual a criança, desde a infância apresenta déficit de comunicação de comportamento. Ele é considerado como uma síndrome comportamental. Tem sua base biológica e apresenta alterações em algumas áreas cognitivas e da inteligência, estas que influenciam no modo de agir e de pensar do sujeito. De acordo com Apa (apud ONZI e GOMES, 2015):

Para um diagnóstico de autismo, seis critérios ou mais precisavam estar presentes, com pelo menos dois da categoria social e um de cada uma das demais categorias, sendo elas: prejuízo na interação social amplo e persistente, podendo haver um fracasso no desenvolvimento de relacionamentos com seus pares e no uso de comportamentos não verbais (exemplo: contato visual direto, posturas, gestos corporais e expressão facial); falta de busca espontânea pelo prazer compartilhado, interesses ou realizações com outras pessoas (exemplo: não apontam, mostram ou trazem objetos que consideram interessantes) e falta de reciprocidade social (exemplo: não participa de brincadeiras, preferindo atividades solitárias); alterações da comunicação, afetando habilidades verbais e não verbais com atraso ou ausência da linguagem falada, podendo haver um uso estereotipado, repetitivo ou idiossincrático da linguagem (exemplo: repetição de palavras ou frases, linguagem que somente é entendida por familiares); a fala, o timbre, a entonação, a velocidade, o ritmo ou a ênfase podem ser anormais (exemplo: tom de voz monótono ou elevado); no comportamento, padrões restritos, repetitivos e estereotipados de interesses e atividades podem ocorrer, com adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não funcionais, com maneirismos motores estereotipados e repetitivos ou uma preocupação com partes de objetos (exemplo: botões, partes do corpo); resistência frente a mudanças

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

(exemplo: mudança ou alteração de ambiente); movimentos corporais estereotipados envolvendo as mãos (exemplo: bater palmas, estalar os dedos) ou o corpo todo (exemplo: inclinação abrupta, oscilação do corpo, balanço), postura (exemplo: movimentos atípicos das mãos e postura).

Como pode ser visto de acordo com o supracitado autor, o autista apresenta particularidades nas interações sociais bem como dificuldade na concentração, na atenção, para demonstrar suas emoções e interesses e mesmo para o desenvolvimento de atividades sociais.

De acordo com o DSM-V, o TEA é classificado em três níveis sendo o leve, o moderado e o severo e para poder diagnosticar a severidade de cada caso, normalmente é avaliado a dependência e o comprometimento ao longo da vida do indivíduo.

Ferreira (2009, p. 15) coloca a respeito do autismo que “nem todos são iguais e nem todos têm as mesmas características. Uns podem ser mais atentos, uns mais intelectuais e outros mais sociáveis, e assim por diante” (FERREIRA, 2009, p. 15).

Diante das particularidades abordadas por Ferreira (2009), considerando as singularidades de cada indivíduo, as formas como se desenvolve o processo de ensino aprendizagem de tais alunos são bem particulares.

Para alguns a construção do conhecimento relacionados aos conteúdos curriculares pode se tornar um grande desafio tanto para o discente quanto para o docente o qual precisa desenvolver estratégias para que de fato ocorra a aprendizagem. Bosa (2002, p. 6) afirma o seguinte:

Tenho a impressão que um professor tentando ensinar uma criança autista se defrontaria com o desafio da falta de resposta...se o autista fica num mundo particular, a dificuldade maior deve ser a de entrar nesse mundo ou talvez romper a divisão. A dificuldade maior é lidar com pessoas “diferentes”, isso traz insegurança... o temor de não me sentir apta... Penso na ansiedade de ver o trabalho progredir ou na frustração de não haver um retorno.

Para que o professor trabalhe eficazmente com alunos especiais, é essencial que ele se sinta seguro e bem-preparado. Isso requer conhecimento e formação

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

adequada para desenvolver um trabalho de qualidade, proporcionando ao aluno segurança, aprendizado e autonomia conforme seu desenvolvimento escolar.

Nesse contexto, é fundamental reforçar o processo de inclusão. O professor deve realizar adaptações e estratégias de ensino para que o aluno possa acompanhar a turma e se sentir integrado como sujeito social.

Um desafio significativo é que nem todos os professores estão preparados para essas adaptações, já que muitos carecem de preparo e conhecimento específico sobre alunos com TEA, como apontado por Matos e Mendes (2014, p. 47).

A inclusão nas turmas regulares ainda é uma realidade nova para os professores. A presença de alunos com necessidades educacionais especiais tem provocado nos educadores sentimento de impotência, frustração e angústia frente as limitações de aprendizagens dos alunos e das próprias limitações, por não conseguirem oferecer atendimento individualizado a esses alunos.

A partir dessa dificuldade é que um profissional com mais conhecimento sobre o assunto, irá ser de grande valia para atendê-lo identificando, elaborando e organizando metodologias ou recursos pedagógicos que favoreçam o acesso, auxiliando nas atividades propostas de forma que o aluno consiga plena participação nas aulas. Vale ressaltar que dessa forma esse profissional desenvolve condições com equidade para o aluno de forma a considerar as suas necessidades específicas.

Ainda tratando do processo de ensino aprendizagem do aluno com TEA nas classes comuns, é fundamental que o professor conheça realmente seu aluno, sua história, seus gostos para que a partir disso consiga realizar as adaptações curriculares de acordo com a necessidade de aprendizagens de cada indivíduo.

Em concordância a essa ideia, Barberini (apud SILVA, 2014, p. 5) afirma que “educar vai além da educação formal, sendo necessária uma contribuição para que todas as capacidades sejam contempladas para a formação de sujeitos mais realizados”.

Complementando esse pensamento, Cunha (2012, p. 21) coloca que “é

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

indispensável que o currículo extrapole as concepções de déficit e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas, transformando a necessidade do aluno em vontade de aprender”.

Quanto a questão comportamental se faz necessário que o aluno seja compreendido primeiramente como ser humano, visto que algumas atitudes ou alterações em seu comportamento se deve principalmente pela sua forma de percepção de mundo, de sentir carinho, amor, medo e inclusive o seu desempenho linguístico, pois como colocado por Cunha (2012, p. 53):

É fundamental que o professor trabalhe a autonomia, a relação social, a identidade de seus alunos e que a concepção na educação seja centrada prioritariamente no ser humano e não na patologia.

Segundo Bosa (2002, p. 32) “Muitas vezes a ausência de respostas da criança autista, ou o comportamento diferente, diz respeito a falta de compreensão do que está sendo exigido dela e não uma atitude proposital ou falta de conhecimento. Ainda em concordância a essa ideia, Bosa (2002, p. 34) aborda que “o desempenho de algumas crianças com autismo, em muitas tarefas podem ser superior ao de crianças consideradas normais da mesma idade”.

Diante das diversas particularidades já pontuadas, para que ocorra o ato de ensinar, necessita que o professor desenvolva alguns ajustes e estratégias as quais favoreçam o trabalho do docente, essas de acordo com as características e necessidades do aluno. Uma das formas que auxilia bastante é o trabalho a partir de atividades de rotina, sempre ser bem claro nos seus objetivos e realizar as orientações de como serão as próximas etapas.

É importante que o professor explique quantas vezes for necessário para o aluno compreender a atividade proposta, bem como estimular a capacidade de concentração durante as tarefas, pois o que impede o aprendizado do aluno com autismo é o déficit de atenção à fala do outro, em razão das dificuldades de comunicação. (CUNHA, 2012, p. 58)

As informações dadas à criança com TEA devem ser sempre muito claras,

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

curtas e objetivas. Ao ensinar é de fundamental importância deixar claro para a criança: onde, quando e como deve executar a tarefa. Procurar passar a ela noções de tempo, espaço, início, meio e fim de forma objetiva e direta.

É importante que esse aluno esteja inserido em um ambiente organizado para que ele não acabe se confundindo. Dentro dessa rotina, deve haver sempre instrução e clareza tanto verbal quanto visual, ou seja, deve existir uma organização para que dessa forma ele também consiga organizar seus pensamentos.

Ainda tratando de clareza, é importante que o professor sempre destaque os detalhes importantes da atividade, direcionando diretamente ao foco principal. Dessa forma facilita a compreensão e organização do raciocínio do aluno com tais condições.

Outro ponto bastante considerável é com relação ao ambiente, este deve ser sempre decorado e organizado de forma a limitar as possíveis distrações do autista, pois elas apresentam características altamente visuais, ou seja, são atentas a detalhes e quando encontram um ambiente fora de ordem, este se torna abstrato a elas.

Outro ponto pertinente o qual pode contribuir para o ensino aprendizagem do estudante com TEA é com relação as formas de abordagens de um determinado assunto. De acordo com Bosa (2002, p. 36):

Os indivíduos com autismo são muito mais sensíveis a mudanças de humor das pessoas as quais convivem, talvez porque estejam atentos a mudanças sutis, tais como: tom de voz, a expressão facial, ou a pressão do toque, mesmo que não saibam interpretar o significado de toda essa gama de comportamento não-verbal.

No desenvolvimento do ensino aprendizagem dos alunos com TEA, é importante sempre contar com o apoio de imagens, materiais concretos, visto que dessa forma ela acaba visualizando a ação e isso facilita bastante a compreensão.

Vale ressaltar que se faz necessário tomar muito cuidado, pois seguir a rotina nem sempre significa que o aluno está conseguindo adquirir o conhecimento. Ele pode estar apenas memorizando as ações e não desenvolvendo a aprendizagem. Sendo

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

assim, é necessário estar sempre avaliando e repensando acerca desse aprendizado. Procurar desenvolver esses conhecimentos a partir dos conhecimentos e preferências do aluno auxilia bastante. De acordo com Bosa (2002, p. 46):

É importante ter muita atenção com o autista, pois está é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana, compreender o autismo é abrir novos caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privatização das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autista é abdicar de uma só forma de ver o mundo. É pensar de forma múltiplas e alternativas, sem com isso perder o compromisso com a ciência e com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equiparados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma outra linguagem, é criar oportunidades de troca e espaços para os nossos saberes e ignorância.

Diante da concepção de Bosa, percebe-se que trabalhar com alunos autistas é desafiador e oferece novas oportunidades de aprendizado. É essencial basear-se em estudos e técnicas para estimulá-los, integrando-os em todas as atividades e respeitando suas características individuais em cada situação. Além de desenvolver neles o gosto pelo estudo e pelo conhecimento de maneira clara e objetiva, para que se sintam sujeitos ativos na sociedade.

Para trabalhar com esses alunos, os professores devem evitar seguir apenas uma abordagem metodológica única, pois o processo de inclusão e aprendizagem requer criatividade, ousadia e inovação na forma de pensar e ensinar.

A implementação da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares exige práticas pedagógicas adaptadas e estratégias específicas que atendam às suas necessidades individuais. Um exemplo eficaz é o uso de rotinas estruturadas e claras, que ajudam os alunos com TEA a compreender melhor o ambiente escolar e a sentir-se mais seguros. Essa abordagem reduz a ansiedade e facilita a previsibilidade do ambiente, o que é fundamental para o desenvolvimento de muitos alunos com TEA.

Adaptações curriculares, como o uso de material visual para compreensão de

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

conceitos abstratos, assim como a disponibilização de apoios para comunicação, como sistemas alternativos de comunicação, são fundamentais para promover a participação e o aprendizado desses alunos. Essas adaptações não só facilitam a interação dos alunos com TEA com colegas e professores, como também criam um ambiente mais inclusivo e acessível.

No entanto, apesar dos benefícios claros da inclusão, há desafios significativos e possíveis resistências à sua implementação. Muitos educadores enfrentam a falta de formação específica para lidar com alunos com TEA, o que pode limitar a eficácia das estratégias pedagógicas adotadas. A escassez de recursos adequados e de suporte para adaptações curriculares também representa um obstáculo, especialmente em contextos escolares com recursos limitados.

Faz-se necessário ainda, considerar as resistências sociais e culturais as quais podem surgir devido a concepções tradicionais de educação e às expectativas sobre o que constitui um ambiente educacional "normal". Essas resistências podem levar a atitudes negativas ou à falta de apoio por parte de colegas de classe, pais ou até mesmo de outros professores que não estejam familiarizados com as necessidades específicas dos alunos com TEA.

Para superar esses desafios, é de suma importância investir em formação contínua para professores, oferecendo suporte especializado e promovendo uma cultura escolar inclusiva que valorize a diversidade. Essas iniciativas não apenas melhoram as oportunidades educacionais para os alunos com TEA, como também enriquecem o ambiente escolar como um todo, promovendo maior compreensão e aceitação da diversidade dentro da comunidade educacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação é uma ferramenta fundamental na vida e no desenvolvimento de todo sujeito, esse estudo tratando sobre os princípios dos direitos humanos e a educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista procura destacar a inúmeras lutas travadas por meio dos movimentos sociais em busca pela inclusão na educação.

Como pode ser observado no decorrer do presente estudo, procurou-se primeiramente delinear os vários eventos que moldaram a legislação educacional no Brasil no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, porém não se pode deixar de destacar a real importância dos movimentos sociais os quais serviram como influências significativas no decorrer de todo o processo, ou seja, desde o surgimento das primeiras instituições até a formação do atual sistema legislativo garantindo os direitos às pessoas com deficiência.

Podemos definir esse processo como dinâmico e contínuo e que necessita de constante reflexões a respeito das significativas transformações que ocorreram nos valores educacionais. Tais transformações especialmente no que diz respeito as legislações educacionais, juntamente com o conceito de inclusão trouxeram uma base que estrutura a educação de forma igualitária e humanitária afim de superar as barreiras educacionais em busca de melhorias nos ambientes educacionais.

Diante desse contexto, ao tratar a respeito de inclusão dos Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino, sabemos que ainda existem muitos desafios a serem superados. Entre eles podemos destacar necessidade de melhorias na formação dos profissionais, a inclusão desse público nos documentos legais da escola como Projeto Político Pedagógico, Planos de Trabalho Docentes, bem como a construção do Plano Educacional Individualizado. Deve-se considerar que esse educando precisa de metodologias mais ativas e criativas, estimulando a aprendizagem de forma que ele se sinta bem e estimulado no ambiente escolar.

Nessas situações é que se destaca também a grande importância do trabalho

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

inclusivo para que contemple o currículo, ao mesmo tempo que desenvolva o estímulo a essa inteligência geral de forma que trabalhe todas as funções cognitivas do aluno, como memória, atenção, linguagem, percepção, entre outras.

Considerando que o aluno com TEA possui características bem particulares, a efetiva inclusão desses sujeitos exige além de legislações educacionais, necessitam bases sólidas as quais aproximem ele da realidade fora dos muros escolares, ou seja, que preparem ele enquanto sujeito social.

Vale ressaltar que o currículo deve ser adaptado de forma que ele possa usufruir de conhecimentos os quais sejam voltados para a realidade dele, trabalhando com atividades concretas e significativas.

Além disso, o aluno com TEA, conforme destacado, tem os mesmos direitos de ser inserido socialmente e a comunidade escolar tem o dever de desenvolver tais intervenções pedagógicas para que essa socialização aconteça de acordo com as necessidades de cada momento e situação. Sendo assim, a escola consegue atingir seu real objetivo, o de preparar pessoas para a sociedade, desenvolvendo um trabalho de forma transformadora e comprometida com uma educação justa e de qualidade.

Princípios dos Direitos Humanos na educação inclusiva de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil

Claudete de Oliveira Melo e Rita de Cassia da Silva Oliveira

REFERÊNCIAS

- BARBERINI, K. Y. A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, [S. l.], v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11291>. Acesso em: 1 ago. 2023.
- BOSA, C. Autismo e educação: reflexões e propostas de Intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.
- CARMO, A. A. do. Inclusão escolar e a educação física: que movimentos são estes? in Revista Integração: Educação Física Adaptada, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. São Paulo, Ática, 2002.
- CARVALHO, E. R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.
- CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- FERREIRA, J. C. P. Estudo exploratório da qualidade de vida de cuidadores de pessoas com perturbação do espectro do autismo. Porto, 2009. Dissertação (Monografia em Educação Física); Faculdade de Desporto; Universidade do Porto, 2009.
- MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas decorrentes da inclusão escolar. Revista Educação Especial, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X8796>
- ONZI, F. Z.; GOMES, R. F. Transtorno Do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. Revista Caderno Pedagógico, [S.l.], v. 12, n. 3, dez. 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/979>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ. In: Revista Ciências Humanas.